



portalbenews.com.br

ESPAÇO ABTRA Coluna relembra os impactos do Acordo de Facilitação do Píulas. Confira na **p4**

OPINIÃO “Mercado de capitais de Portugal: uma alternativa de financiamento à transição energética”, por Marcelo Sobreira **▶ p8**



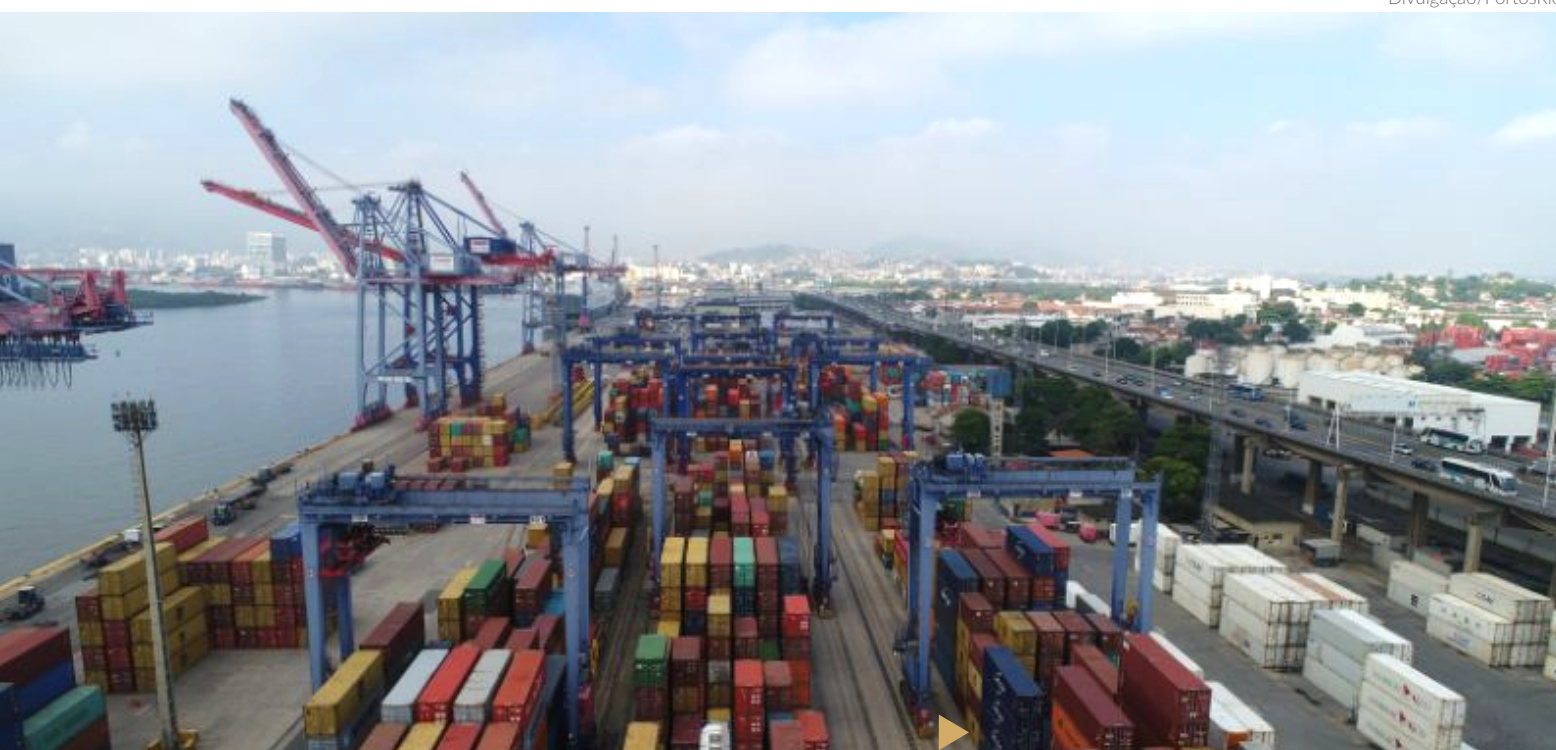
Renan Filho: investimento em infraestrutura depende de reforma tributária

Vosmar Rosa/Ministério dos Transportes

Gastos do Governo em projetos do setor devem chegar a R\$ 100 bi até 2026, afirma ministro **▶ p3**



Divulgação/PortosRio



PortosRio prevê 63 milhões de toneladas e investimento de R\$ 650 milhões **▶ p6**

EMPREGO Operadores logísticos contrataram 30 mil novos colaboradores em 2022 **▶ p5**

SP Tarcísio assina decreto que reduz carga tributária de setores produtivos do estado **▶ p6**

TRANSNORDESTINA Primeira fase será entregue até 2026, diz governador do Piauí **▶ p7**

EDITORIAL

Reforma tributária já

A equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se prepara para uma de suas principais missões neste primeiro ano de governo - aprovar a reforma tributária. Medida estratégica para o desenvolvimento da economia e mesmo para viabilizar gastos federais, a ação requer preparativos técnicos e esforço político. O Planalto deve ter definido que reforma deseja, diante dos projetos que tramitam no Congresso, e, principalmente, dependendo do que efetivamente for aprovado pelo Parlamento, que questões são mais importantes e devem ser preservadas na negociação a ser travada.

A importância da pauta já começa a dominar o discurso oficial.

Nessa quarta-feira, durante a posse de Jorge Bastos como diretor-presidente da Infra S.A., o ministro dos Transportes, Renan Filho, destacou que o Governo Federal planeja investir R\$ 100 bilhões em infraestrutura até 2026. Mas isso depende de o Congresso aprovar a reforma tributária e, ainda, um novo marco fiscal para substituir a regra do teto dos gastos, uma das principais âncoras fiscais do País, que limita o crescimento das despesas públicas à inflação contabilizada no ano anterior.

O ministro declarou que, neste ano, "não teremos outra PEC da Transição. Teremos que aprovar novo arcabouço fiscal e reforma tributária para que o País volte a crescer e termos mais recursos para voltar a investir e fortalecer a competitividade". E ainda complementou: "Esses dois desafios são os desafios da política e do Governo neste ano. E, com isso, vamos garantir capacidade de investimento em 2024, 2025 e 2026 igual a de 2023, o que, se ocorrer, investiremos R\$ 100 bilhões em quatro anos".

Os reflexos da reforma tributária vão muito além da viabilização dos investimentos em infraestrutura - objetivo dos mais importantes para o crescimento do País. Ao definir um novo arranjo tributário para a Federação, a reforma irá estabelecer uma nova estrutura de investimentos em todos os níveis do poder público.

A aprovação de tal projeto é essencial para os planos do Governo e o desenvolvimento da própria economia brasileira. O Executivo deve ter tal medida como uma de suas grandes prioridades neste início de gestão. E o Parlamento deve cumprir com seu papel e, debatendo os pontos necessários, agilizar a tramitação desses projetos. A reforma tributária é essencial e não pode esperar mais.

NESTA EDIÇÃO



▲ MANCHETE

- Investimentos dependem de reforma tributária e nova regra fiscal, afirma ministro

HUB

- Ministro já trabalha em nomes para as Docas. Em Santos, um dos cotados é um profissional do Direito.

ESPAÇO ABTRA

- Pílulas de AFC - vamos começar o tratamento?

NACIONAL

- Antaq convoca portos privados a enviarem informações para Índice de Desempenho Ambiental
- Operadores logísticos contrataram 30 mil novos colaboradores em 2022

REGIÃO SUDESTE

- PortosRio prevê aumento na movimentação de cargas e R\$ 650 milhões em investimentos
- Tarcísio assina decreto que reduz carga tributária de setores produtivos de SP

REGIÃO NORDESTE

- Primeira fase da Transnordestina será entregue até 2026, diz governador do Piauí

OPINIÃO

- "Mercado de Capitais de Portugal: uma alternativa de financiamento à transição energética", por Marcelo Sobreira

portalbenews.com.br



Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jaclyara Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Editor
Alexandre Fernandes

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Janaína Paiva, Vanessa Campos e Vanessa Pimentel

Diretora de Arte
Mônica Petroni Mathias

Assistente de Arte
Paulo José Ribeiro

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

Maurício Almeida | (11) 99554-4282
mauricio.almeida@portalbenews.com.br

Margrethe Wallau | (11) 99786-1655
megwallau@portalbenews.com.br



Porto de Santos

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França (PSB), tem trabalho na seleção dos executivos que vão comandar as autoridades portuárias controladas pela União. Essa é uma tarefa que ele faz questão de fazer, dada a importância que a gestão dos portos tem para o próprio sucesso de sua gestão. E ele não pretende divulgar os nomes considerados antes do anúncio oficial. Mas já se sabe que, para o Porto de Santos (SP), o mais importante do País, um dos mais cotados é um profissional do Direito pouco conhecido no setor, mas bem próximo do titular da pasta.

Nomeações

As nomeações das diretorias das autoridades portuárias só devem ser anunciadas, obviamente, após a posse do próprio secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fabrizio Pierdomenico. Passados os dois primeiros meses do ano e vencidos alguns obstáculos inesperados, sua indicação oficial ainda aguarda a liberação da Casa Civil. Há a expectativa de que saia nos próximos dias. Enquanto isso, ele já trabalha nos principais planos do Ministério para o segmento, principalmente nos projetos de desestatização de serviços de apoio à operação portuária.

Offshore 1

Uma nova estratégia para as expansões portuárias vem sendo defendida pelo ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França. Segundo ele, os complexos marítimos devem ampliar as instalações em direção ao mar, não para o interior de seus canais de navegação. Assim, quer incentivar a construção de portos offshore. Sua implantação demanda um maior investimento, mas a manutenção tem um menor custo, por não depender de obras de dragagem para manter a profundidade de berços de atracação e acessos aquaviários. No médio prazo, compensam financeiramente.

Offshore 2

“Não há sentido em interiorizar os portos. Isso requer mais dragagem - o que gera mais preço agregado”, afirmou França recentemente. E complementou: “As experiências internacionais apontam o offshore como melhor alternativa, pois aproveita o calado natural e a expansão não se limita ao espaço das cidades. Navios com mais de 366 metros logo serão 30% da frota mundial. Não podemos ficar fora desse mercado por falta de infraestrutura”.

Offshore 3

A estratégia offshore já é adotada em portos brasileiros como Pecém (CE) e Suape (PE), que contam com píeres para operações distantes da costa. Na década passada, o Porto de Santos chegou a desenvolver um projeto com esse tipo de expansão, batizado como Santosvlakte. O estudo foi elaborado pelo professor Aluizio Moreira, funcionário da Autoridade Portuária na época.

Investimentos dependem de reforma tributária e nova regra fiscal, afirma ministro

Para Renan Filho, medidas são necessárias para que Governo possa investir R\$ 100 bi em infraestrutura nos próximos quatro anos



Renan Filho presidiu a cerimônia de posse do novo presidente da Infra S.A., Jorge Bastos

DA REDAÇÃO
redacao@portalbenews.com.br

O Governo Federal pretende investir R\$ 100 bilhões em infraestrutura entre este ano e 2026, anunciou o ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), nessa quarta-feira, durante a cerimônia de posse do novo diretor presidente da Infra S.A., Jorge Bastos. Para viabilizar a cifra, o ministro destacou ser necessário que o Congresso aprove a reforma tributária e, ainda, um novo marco fiscal para substituir a regra do teto dos gastos.

Segundo Renan, “este ano, não teremos outra PEC da Transição. Teremos que aprovar novo arcabouço fiscal e reforma tributária para que o País volte a crescer e termos mais recursos para voltar a investir e fortalecer a competitividade”. E

complementou: “Esses dois desafios são os desafios da política e do Governo neste ano. E, com isso, vamos garantir capacidade de investimento em 2024, 2025 e 2026 igual a de 2023, o que, se ocorrer, investiremos R\$ 100 bilhões em quatro anos”.

O titular dos Transportes citou que o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) investiu R\$ 20 bilhões durante toda a sua gestão - e isso, devido ao teto de gastos, uma das principais âncoras fiscais do País, que limita o crescimento das despesas públicas à inflação contabilizada no ano anterior.

“Quando assumimos, este ministério vinha do menor ciclo de investimentos, imposto pelo teto de gastos. Em quatro anos, o Ministério da Infraestrutura investiu R\$ 20 bilhões. Somente neste ano, vamos investir R\$22 bilhões, mais R\$ 5 bilhões (da pasta de) Portos e Aeroportos”, comentou. A pasta de Infraestrutura foi desmembrada

pelo atual Governo, dando origem à dos Transportes e a de Portos e Aeroportos.

O aumento no investimento público neste ano é possível por causa da PEC da Transição, aprovada no fim do ano passado. A PEC possibilitou que parte dos gastos do Governo Federal fosse realizada fora do teto de gastos, que ainda foi ampliado para viabilizar compromissos de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Infra S.A.

Diante dos planos da União de ampliar o investimento público, o ministro Renan Filho destacou que o trabalho a ser realizado pelo Ministério e a Infra S.A. deve garantir uma infraestrutura de qualidade e, em especial, “sustentabilidade fiscal”.

Criada no governo anterior a partir da incorporação da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) pela Valec, estatais subordinadas à então pasta da Infraestrutura, a Infra S.A. tem como missão estruturar proje-

tos de empreendimentos rodoviários e ferroviários, sendo controlada pelo Ministério dos Transportes.

“Nosso grande desafio é entregar mais, é fazer um país mais destacado na infraestrutura para ajudar a economia como um todo. Eu vou me dedicar, sei que Jorge vai se dedicar. Confio na capacidade da EPL e da Valec, da Infra S.A para a gente entregar ao presidente Lula um país mais capaz do que nós recebemos”, afirmou o ministro.

Ex-diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Bastos destacou que a Infra S.A. é estratégica para acelerar o crescimento do País. E para isso, quer atuar em parceria com o setor privado. “Ninguém faz nada sozinho. Quero contar com a experiência das empresas e associações do setor privado para debatermos abertamente os melhores caminhos a serem trilhados em nome do bem comum”, declarou.

NACIONAL

Antaq convoca portos privados a enviarem informações para Índice de Desempenho Ambiental

Em live da ATP, agência ressaltou que espera respostas até o dia 15 de março

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

O FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES À AGÊNCIA E A ANÁLISE DELAS SEGUEM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) informou que aguarda informações de 51 Terminais de Uso Privado (TUPs) sobre a avaliação do Índice de Desempenho Ambiental (IDA) 2022. As respostas ao questionário on-line podem ser enviadas até o dia 15 de março. O pedido foi ressaltado durante live realizada pela Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), na últi-

ma segunda-feira (27).

O diretor-presidente da ATP, Murillo Barbosa, disse que a associação está sensibilizando os gestores dos TUPs para que o resultado, ao final deste



Divulgação/ATP

ano, “seja muito mais expressivo”. O indicador é uma ferrame-

ta oficial que auxilia no aperfeiçoamento da gestão de portos públicos e privados no Brasil. “Queremos crescer muito no IDA, principalmente com os TUPs associados”.

Durante a live, realizada pelo Comitê de Sustentabilidade da ATP (Sustentar), o gerente de Sustentabilidade da Antaq, Uirá Oliveira, ressaltou que “o objetivo do IDA é ser referência para o setor portuário buscar evolução”. “Não é instrumento de fiscalização ou algo similar, mas voltado para o aperfeiçoamento da gestão do setor portuário”, afirmou.

A coordenadora do Sustentar, Carol Brandl, e o seu vice, Ulisses Oliveira, que são, respectivamente, do Porto do Açu e do Porto Sudeste, ambos no Rio de Janeiro, também destacaram a importância do índice, ressaltando que o indicador apresenta possibilidade para os portos aliarem eficiência à responsabilidade socioambiental.

Gerente substituto de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Antaq, Alessandro Max Barros Bearzi, disse que cada estabelecimento pode realizar comparação de seus dados dentro do sistema do IDA, que é considerado seguro. O fornecimento de informações à agência e a análise delas seguem a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Para acesso ao sistema, é obrigatório cadastro prévio.

“A gente vê proatividade muito grande de muitos participantes dos TUPs”, afirmou Bearzi, referindo-se ao sistema do IDA. “O painel do IDA pode ser incorporado [pelos portos] como ferramenta de própria gestão”, acrescentou. Segundo ele,

▲
Indicador apresenta possibilidade para os portos aliarem eficiência à responsabilidade socioambiental

o objetivo é avaliar 120 terminais de uso privado neste ano.

Além de sensibilizar os gestores dos portos sobre a importância de preencherem o formulário, a ATP também deve continuar colaborando, de outras formas, para que o sistema on-line do IDA seja aprimorado. De acordo com a Antaq, há previsão de se iniciar uma nova fase de ajustes e aperfeiçoamento no painel do indicador. A data ainda não foi divulgada.

IDA

Disponibilizado para as instalações portuárias, o IDA avalia, por meio de indicadores, a eficiência e a qualidade da gestão ambiental delas a partir do preenchimento do questionário oficial. O índice permite quantificar e simplificar informações para facilitar o entendimento do público e de tomadores de decisão acerca das questões ambientais portuárias.

Os indicadores avaliados pelo IDA analisam, entre outros pontos, a situação do licenciamento ambiental, a qualidade dos técnicos, a prevenção de riscos e atendimento a emergências, auditoria ambiental e o gerenciamento de resíduos dos portos. A ferramenta também avalia a qualidade e a eficiência no uso de energia, o monitoramento da fauna e flora e os planos de contingência de saúde.

ESPAÇO



Pílulas de AFC – vamos começar o tratamento?

Como dissemos na edição passada, os próximos textos desse Espaço ABTRA vão revisitar os conceitos “decifrados” anos atrás pelo diretor Angelino Caputo, visando aproximar o setor das premissas do Acordo de Facilitação do Comércio e de sua implementação no Brasil. Isso porque já se sabia que tais conceitos passariam a reger as mudanças que viriam a ocorrer – e que de fato vêm acontecendo – no comércio exterior brasileiro, com grande repercussão nas atividades das empresas que atuam na operação portuária, no trânsito e no despacho aduaneiro.

Repetindo o mesmo formato das “Pílulas” de quatro anos atrás, trataremos especialmente os aspectos do acordo mais voltados à logística portuária das cargas de importação e exportação.

Como “primeira dose desse tratamento”, vale destacar que a Seção I do AFC possui 12 artigos que apontam 47 recomendações de boas práticas aos países comprometidos em facilitar o comércio exterior. O primeiro deles fala especificamente das boas práticas na publicação e transparência das regras e normas. O interessante é que ele sugere a internet como canal de informação e centralização dos dados, que no Brasil vem se configurando a partir do Portal Único de Comércio Exterior.

Pra quem quiser se aprofundar no tema, o AFC está disponível na íntegra no Decreto 9.326, de 3/4/2018. Até a próxima dose!

Operadores logísticos contrataram 30 mil novos colaboradores em 2022

Segundo a Abol, número é 58% maior do que o total de admissões feitas no ano anterior, quando foram abertos 13 mil postos

Divulgação



▲ No levantamento feito pela Abol, 66,7% dos entrevistados afirmaram ter contratado mais profissionais do que no período anterior

CÁSSIO LYRA
redacao@portalbenews.com.br

Os maiores operadores logísticos (OLs) do Brasil, filiados à Associação Brasileira dos Operadores Logísticos (Abol), contrataram aproximadamente 30 mil novos colaboradores em 2022. O número é 58% maior do que o total de admissões feitas em 2021, quando o setor abriu 13 mil postos.

Os dados fazem parte de um levantamento feito pela Abol, onde 66,7% dos entrevistados afirmaram ter contratado mais profissionais do que no período anterior. A expectativa é que 2023 também seja de novas oportunidades para aqueles que buscam ingressar no mercado.

O resultado acompanha o incremento nacional verificado no ano passado, quando nos primeiros sete meses, de janeiro a julho, mais de 94 mil novas vagas de emprego foram abertas pelo setor de Transporte, Armazenamento e Correios, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho. Os números representam alta de 64,8%, impulsionada, principalmente, pelo e-commerce.

APENAS EM 2022, 66,7% DOS OPERADORES ADMITIRAM ATÉ DEZ ESTAGIÁRIOS, ENQUANTO OUTROS 33,3% CONTRATARAM ENTRE 10 E 20 GRADUANDOS

Desde o início da pandemia, as vendas online têm subido significativamente. Vale lembrar que o movimento de novas contratações também é sazonal, com picos em datas comemorativas, como Natal, Black Friday e Dia das Mães.

Um dos índices que chamou a atenção no levantamento feito pela ABOL foi a quantidade de empresas que destinou parte das vagas para funcionários temporários - mais de 66%. De um modo geral, os Operadores Logísticos costumam contratar mais profissionais em caráter permanente, oferecendo estabilidade aos seus colaboradores.

O último estudo realizado pela associação com o perfil do OL no Brasil, divulgado em meados de 2022, apontou que para cada empregado terceirizado há 4,5 CLTs (Consolidação das Leis do Trabalho). Entre 2020 e 2021, a quantidade de funcionários CLT aumentou em relação à contratação de terceiros entre 2020 e 2021.

Qualificação

Apesar do cenário otimista e promissor conforme apresentado no levantamento, os Operadores Logísticos ainda encontram dificuldades na hora de contratar novos funcionários. Entre os principais desafios mencionados pelas empresas

estão a captação de talentos, profissionais qualificados, capacitação técnica e comportamental, localidade, supervalorização salarial de alguns setores e pouca adesão de público dos grupos de diversidade.

A carência de empregados habilitados também chegou a ser apontada na pesquisa com o perfil do OL, desenvolvida em parceria com o Instituto de Logística ILOS. Na ocasião, 45% dos entrevistados disseram que quase sempre esbarram em obstáculos na contratação de mão de obra especializada.

“O levantamento feito junto às empresas retrata a importância e a participação do setor de logística no impulsionamento da geração de empregos no País. Cada vez mais as empresas buscam profissionais que atendam às novas demandas do mercado e isso inclui, principalmente, o uso de novas tecnologias. E na maioria dos casos, quando não encontram colaboradores prontos para exercer as funções, oferecem capacitação interna com cursos e treinamentos, que costumam demandar altos investimentos”, destacou Marcella Cunha, diretora executiva da Abol.

Estagiários

A contratação de estagiários também faz parte da rotina dos OLs, conforme afirmaram 83,3%

das empresas. Apenas em 2022, 66,7% dos operadores admitiram até dez estudantes, enquanto outros 33,3% contrataram entre 10 e 20 graduandos. Ao todo, cerca de 80% das empresas filiadas à associação contam com programa de estágio, apontou a sexta edição do Estudo Setorial Abol encomendado à consultoria organizacional Korn Ferry.

O material aponta que os OLs priorizam estudantes dos cursos de Administração, Economia, Engenharia e Tecnologia da Informação no processo seletivo. Falar inglês é considerado um diferencial. E o estágio pode ser o primeiro passo para uma carreira no setor. O estudo da Korn Ferry mostra que 37% dos estagiários são efetivados ao término do contrato.

O panorama do setor apresentado pela consultoria também traz à tona outra realidade no pós-pandemia, o home office. Quase a totalidade das empresas (92%) implantou políticas de trabalho remoto para a área corporativa. Outras 17% têm políticas para outros departamentos que possam trabalhar de forma remota. Entre as áreas nas quais se faz necessário pelo menos um colaborador trabalhar presencialmente todos os dias, a de tecnologia ficou em primeiro lugar, seguida de Recursos Humanos.

REGIÃO SUDESTE

PortosRio prevê aumento na movimentação de cargas e R\$ 650 milhões em investimentos

Administradora dos portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, anunciou o Plano de Negócios de 2023 a 2027

Divulgação/PortosRio



A PortosRio projeta movimentar mais de 63 milhões de toneladas de cargas em seus portos este ano, podendo chegar a quase 70 milhões

CÁSSIO LYRA
redacao@portalenews.com.br

A PortosRio, administradora dos portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, anunciou o Plano de Negócios para os complexos portuários no período de 2023 a 2027. Segundo a projeção somente para este ano, a Autoridade Portuária prevê movimentar mais de 63 milhões de toneladas de cargas e investimentos de cerca de R\$ 650 milhões. O plano foi apresentado na abertura da 27ª edição da Intermodal South America, maior encontro do setor de logística, transporte de cargas, comércio exterior e tecnologia da América Latina.

O documento foi elaborado com a colaboração de diversas áreas da empresa e é atualizado anualmente. De acordo com o diretor-presidente da Portos Rio, Jean Paulo Castro e Silva, o Plano de Negócios é um "importante instrumento de formalização das diretrizes da estratégia de negócios da empresa e atuação no mercado-alvo".

O diretor destacou os novos contratos de arrendamen-

tos previstos para operações portuárias em áreas ainda disponíveis. Com seis contratos de arrendamento de longo prazo e três de arrendamento transitório em vigor, o Porto do Rio de Janeiro possui uma área aproximada de 1,5 milhão m², dos quais ainda estão disponíveis cerca de 290 mil m², que permitem novos arrendamentos em dez áreas, destinadas à movimentação de granéis líquidos, produtos siderúrgicos, carga geral e atividades de apoio às operações offshore.

Dos novos arrendamentos citados, já há estudos desenvolvidos e em fase de avaliação pela Secretaria Nacional de Portos para um novo grande terminal de base de apoio à operação offshore, outro terminal para carga geral e um terminal de granéis líquidos.

No Porto de Itaguaí diversos tipos de empresas poderão se instalar. Um dos motivos é pelas características de porto-indústria do terminal. De acordo com a PortosRio, estudos técnicos apontam que o complexo portuário tem sete áreas disponíveis.

Essas áreas podem ser destinadas à implantação de plantas industriais ou do mercado de óleo e gás, e outras são destinadas à atividade operaci-

onal para movimentação de carga geral, granéis sólidos e líquidos. Dentre essas, o principal destaque é um novo terminal de minério de ferro, que tende a ser um dos maiores projetos do setor portuário nacional, assim como um novo terminal de granéis sólidos. Os estudos desses dois terminais já estão em fase avançada e devem ser submetidos a consulta pública brevemente pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

O Plano de Negócios da PortosRio também prevê cessões onerosas para concessão de áreas relacionadas a atividades não operacionais nos dois portos. Dessa forma, as explorações das áreas nesta modalidade podem ser destinadas ao suporte à operação portuária em atividades como truck center; Áreas de Apoio Logístico (AALP); depósitos de contêineres vazios (Depot), além de atividades industriais ou de desenvolvimento imobiliário.

Investimentos

De acordo com a PortosRio, o plano traz a relação de investimentos previstos nos contratos de arrendamento em vigor, que somam um montante de R\$ 2,8 bilhões até 2027.

No Porto de Itaguaí, o des-

taque é a dragagem de aprofundamento e alargamento do Canal Derivativo e a expansão e melhoria das linhas férreas.

Já no Porto do Rio de Janeiro, as principais obras são a conclusão da modernização e ampliação do Cais da Gamboa e a dragagem para viabilizar a operação de navios de até 366m. Estão previstas dragagens de manutenção, adequação das vias rodoviárias e ferroviárias, além de diversos investimentos em sistemas para automação, programação e monitoramento, no intuito de melhorar a infraestrutura dos acessos aquaviário e terrestre.

Projeções

Em 2022, os portos administrados pela PortosRio movimentaram um total de 61,5 milhões de toneladas em cargas. O número foi 0,9% inferior ao volume registrado de janeiro a dezembro de 2021.

A Autoridade Portuária projeta movimentar mais de 63 milhões de toneladas de cargas em seus portos este ano. Em 2027, a expectativa é que o volume poderá alcançar quase 70 milhões de toneladas. Já em relação às receitas, a estimativa é de que o faturamento para 2023 ultrapasse R\$ 1 bilhão e atinja a marca de R\$1,12 bi em 2027.

NO PORTO DO RIO DE JANEIRO AINDA ESTÃO DISPONÍVEIS CERCA DE 290 MIL M², QUE PERMITEM NOVOS ARRENDAMENTOS EM DEZ ÁREAS

REGIÃO SUDESTE

Tarcísio assina decreto que reduz carga tributária de setores produtivos de SP até o final de 2024

Medidas visam estimular a economia paulista e concedem isenção, redução de base de cálculo, crédito outorgado ou diferimento do ICMS

Divulgação/Governo de São Paulo

CÁSSIO LYRA
redacao@portalbenews.com.br

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), assinou decretos que reduzem a carga tributária de vários segmentos do setor produtivo paulista até 31 de dezembro de 2024. As medidas, oficializadas em decreto na última segunda-feira (27), têm como objetivo a redução de custo de produção e estimular a economia no Estado, uma das vias de frente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, liderado pelo secretário Jorge Lima.

“Esse é um ato em prol da indústria de São Paulo. Estamos acionando todas as alavancas disponíveis para promover o desenvolvimento no estado. Nossa expectativa é que a renúncia, mesmo que em um primeiro momento leve a uma redução de arrecadação, alavance os investimentos no estado, com a geração de emprego



A medida assinada pelo governador também reverte os efeitos do ajuste fiscal implementado em 2020, que havia reduzido os benefícios em razão da pandemia

e renda”, disse Tarcísio.

Os benefícios têm potencial para promover novos investimentos e gerar uma ampla oferta de empregos. Segundo o estado, os decretos concedem isenção, redução de base de cálculo, crédito outorgado ou diferimento do Imposto sobre

Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) aos produtores de soja, fabricantes de suco de fruta e bebidas à base de leite, à geração de energia elétrica, indústria de informática, empresas de data center, fabricantes de embalagens metálicas e medicamento

para fibrose cística, entre outros.

A medida também reverte os efeitos do ajuste fiscal implementado em 2020, que havia reduzido os benefícios fiscais em razão da pandemia de Covid-19.

“Reafirmo o compromisso

“ESSE É UM ATO EM PROL DA INDÚSTRIA DE SÃO PAULO. ESTAMOS ACIONANDO TODAS AS ALAVANCAS DISPONÍVEIS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO NO ESTADO”

TARCÍSIO DE FREITAS
governador de São Paulo

de que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico é voltada para a reindustrialização, competitividade, melhoria de ambiente de negócio, e para o em-preendedorismo inteligente que trate a cadeia de comércio e serviço junto da cadeia da indústria. Estamos montando 16 coalizões empresariais nas 16 regiões administrativas para que possamos construir juntos esses pilares”, comentou o secretário Jorge Lima.

REGIÃO NORDESTE

Primeira fase da Transnordestina será entregue até 2026, diz governador do Piauí

Em reunião em Brasília, Fonteles disse que cronograma aponta conclusão em três anos no complexo português

Divulgação

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

O governador do Piauí, Rafael Fonteles (PT), se reuniu ontem (1), em Brasília, com a bancada parlamentar do Piauí e do Ceará para discutir o andamento da Ferrovia Transnordestina, que ligará o município de Eliseu Martins (PI) ao Porto do Pecém, no Ceará.

Fonteles afirmou que o cronograma da CSN, empresa responsável pela obra, conclui essa primeira fase até 2026, ainda dentro do seu mandato como governador.

“Há um cronograma feito pela companhia responsável, e



O governador do Piauí se reuniu ontem, em Brasília, com a bancada parlamentar de seu estado e do Ceará para discutir o andamento da Ferrovia Transnordestina

esse esforço político aqui é para sensibilizar o governo federal e os órgãos de financiamento envolvidos para liberar logo as parcelas acordadas dentro dessa operação de crédito para

viabilizar essa obra”, explicou.

O trecho que conectaria a ferrovia ao Porto de Suape (PE) foi excluído do projeto no fim do ano passado. O governo atual retomou a discussão, po-

rém ainda sem desfecho.

A Transnordestina é um dos investimentos mais importantes para o escoamento da produção do sudeste do Piauí e da região Nordeste, principalmente do minério de ferro.

O governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT), também destacou a importância da conclusão da ferrovia.

“A obra será fundamental para a atração de investimentos e o desenvolvimento dos dois estados, gerando empregos à nossa população”, declarou.

Pernambuco

A governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB), também foi para Brasília para participar de uma reunião com os ministérios

O TRECHO QUE CONECTARIA A FERROVIA AO PORTO DE SUAPE (PE) FOI EXCLUÍDO DO PROJETO NO FIM DE 2022. O GOVERNO ATUAL RETOMOU A DISCUSSÃO, MAS AINDA SEM DESFECHO

dos Transportes e de Relações Constitucionais, agendada para ontem.

A intenção é destravar pautas relacionadas à mobilidade e infraestrutura do Estado, principalmente a inclusão do ramal da Transnordestina até Suape, como apontava o projeto inicial.

OPINIÃO

**MARCELO DE SOUZA SOBREIRA**

Conselheiro, consultor e professor
em Mercados Financeiro e de Capitais
opinio@portalbenews.com.br

▶ ECONOMIA

Mercado de Capitais de Portugal: uma alternativa de financiamento à transição energética



O mercado de capitais é composto por diversos atores, dentre eles: as empresas emissoras de ações que buscam fontes de financiamento para seus projetos de crescimento; os órgãos reguladores, que são fundamentais para dar transparência e confiança ao sistema financeiro; as instituições financeiras e de capital de risco, composta pelos bancos, corretoras e empresas de private equity e venture capital; e, por último, mas não menos importante, os investidores, agentes detentores de recursos para investimentos e com visão de longo prazo.

O mercado de capitais também tem o papel de contribuir na agenda de logística e infraestrutura, notadamente ao financiamento para transformação digital e à transição energética, temas recorrentes dos diversos fóruns de discussão de tecnologia e sustentabilidade, no Brasil e em Portugal.

Recentemente, assisti uma apresentação da empresa portuguesa The Navigator Company, que atua no setor de papel e celulose, floresta e energia, e tem presença internacional em aproximadamente 130 países. A companhia fez o IPO (abertura de capital) na bolsa local, foi a primeira empresa de Portugal a assumir o compromisso de tornar os complexos industriais neutros em emissão de carbono e, com isso, atingir uma redução de 86% das suas emissões de CO2 em 2035.

Outros exemplos de empresas do setor de energia que recorreram ao mercado de capitais para reforçar o caixa foram a EDP Renováveis, em abril de 2021, e a GreenVolt (antiga Bioelétrica da Foz). Com sede na cidade do Porto, a GreenVolt realizou o IPO em julho de 2021 e fez uma oferta subsequente no ano seguinte, ambas na Euronext Lisbon.

A bolsa de valores portuguesa integra o grupo Euronext desde 2002, ligando a economia portuguesa ao mercado global de capitais. O órgão regulador local é a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM, equivalente a CVM do Brasil) e possui três objetivos estratégicos: garantia da integridade e da transparência dos mercados; promoção do desenvolvimento dos mercados

de instrumentos financeiros; e a proteção dos investidores.

De acordo com dados da CMVM, o número de investidores ultrapassa 1,21 milhão (cerca de 10% da população) e estão distribuídos em 393 organismos de investimento em instrumentos financeiros. Em Portugal, há 3.900 entidades supervisionadas, 246 fundos e 64 sociedades de capital de risco.

Em 2023, será criado um sandbox para promover a cultura de acesso ao mercado de capitais. Trata-se de um projeto inovador para educar e facilitar a entrada de empresas na Bolsa, ou seja, um programa que visa desenvolver um ambiente de experiência em mercado para potenciais novos emitentes.

A AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal) também vai ajudar a promover este projeto junto às empresas familiares portuguesas, para apoiar o financiamento da internacionalização ou reforçar as suas presenças nos mercados externos. Ademais, a Euronext lançou o segmento Tech Leaders, voltado para empresas ligadas às energias renováveis e de baixo carbono.

Cabe destacar, ainda, o estudo "Capital Market Review of Portugal", publicado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) em outubro de 2020, com recomendações para o investimento e o crescimento da economia local, concluindo que a melhoria do mercado de capitais pode ajudar Portugal a construir um setor empresarial mais dinâmico.

A despeito das incertezas geopolíticas trazidas com a guerra na Ucrânia e a possibilidade de recessão econômica do bloco europeu, um ambiente construtivo desenvolvido pelos agentes de mercado favorecerá a atração de investimentos de longo prazo.

Na minha opinião, as ações em curso estão no caminho correto para o desenvolvimento do mercado de capitais português como alternativa ao financiamento da transição energética e contribuirá também para a retenção dos profissionais mais jovens e de talentos do exterior.

RECENTEMENTE, ASSISTI UMA APRESENTAÇÃO DA EMPRESA PORTUGUESA THE NAVIGATOR COMPANY, QUE ATUA NO SETOR DE PAPEL E CELULOSE, FLORESTA E ENERGIA, E TEM PRESENÇA INTERNACIONAL EM APROXIMADAMENTE 130 PAÍSES. A COMPANHIA FEZ O IPO (ABERTURA DE CAPITAL) NA BOLSA LOCAL, FOI A PRIMEIRA EMPRESA DE PORTUGAL A ASSUMIR O COMPROMISSO DE TORNAR OS COMPLEXOS INDUSTRIAIS NEUTROS EM EMISSÃO DE CARBONO E, COM ISSO, ATINGIR UMA REDUÇÃO DE 86% DAS SUAS EMISSÕES DE CO2 EM 2035.